

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL E EM PORTUGAL: FUTURO PASSADO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS EM UM PRESENTE INQUIETO

Apresentação do dossiê: História da historiografia no Brasil e em Portugal: futuro passado das histórias nacionais em um presente inquieto

Sérgio Campos Matos*

Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal

Temístocles Cezar**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

Na apresentação ao primeiro número da revista *Estudos Históricos*, publicado em 1988, cujo dossiê foi intitulado de *Caminhos da Historiografia*, os editores assinalavam que:

A historiografia no Brasil tem sólida tradição de análise em dupla direção. Ou se afirma que nada muda neste país, ou se afirma cada momento como novo. Vivemos como se o novo não existisse ou como se o novo brotasse do zero. [...] Nem idolatria do passado, nem negação total das origens nos ajudam a entender o presente e a construir um futuro. (GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 1988, p. 3).

O caminho foi iniciado por Manoel Luiz Salgado Guimarães, com uma análise sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, seguido por Ricardo Benzaquen de Araújo e Francisco Iglésias, que dissertaram, respectivamente, sobre Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues, e, finalmente, Francisco Falcon, que realizou um exame interpretativo da historiografia portuguesa contemporânea.

Dez anos depois, no prefácio à segunda edição de *a História da história em Portugal: a história através da história (séculos XIX e XX)*, datado de 14 de julho de 1997, os organizadores – Luís Reis

*Professor da Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal.

E-mail: sergiocamposmatos@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8521-5817>

**Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: t.cezar@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5351-8204>

Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga – registraram um desejo: “esperamos, acima de tudo, que a leitura desta obra leve os estudiosos a refletir criticamente sobre um tema ou sobre temas que estão longe de ficar esgotados” (TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998, p. 7-8). Em que pese suas notórias diferenças, ambos os projetos trazem em si uma ideia de futuro que, hoje, transcorridas de duas a três décadas, sabemos que resultou na consolidação de uma área de estudos que chamamos de história da historiografia.

A proposta, portanto, deste dossiê é a de reaproximar, contrastar e questionar nossas culturas historiográficas, a partir de temas abrangentes e interconectados, relevantes tanto para o Brasil quanto para Portugal, como, por exemplo, a história nacional. Nesse sentido, partindo do século XIX, que se caracterizou, em sua perspectiva mais ampla, como o período fértil da história da nação, podemos nos perguntar: como esta “categoria subjetiva da consciência” (KOSELLECK, 2013, p. 52) – o *ser nacional* – foi e é instrumentalizada desde sua gênese tanto no Brasil como em Portugal? Como essa historiografia militante sobre a nação e a nacionalidade é percebida, usada, manipulada hoje em nossos países? (BERGER; LORENZ, 2011; CEZAR, 2018; MATOS, 2008; PALTI, 2002).

Partimos, assim, da hipótese de que a concepção de nação vigente no século XIX articular-se-ia a uma noção específica de temporalidade como qualidade intrínseca e imanente à realidade nacional personificada. Atriz principal ou coadjuvante de uma peça romântica, às vezes burlesca ou trágica, adaptada às circunstâncias locais, essa ideia de nação despontou como uma categoria tipo-ideal para a apreensão dessa historicidade nas suas manifestações mais evidentes e singulares. Esse conjunto de transformações gravita em torno de experiências históricas da modernidade mais ou menos carregadas de horizontes utópicos de futuro, cujo alcance excederia o território epistemológico para condicionar, de um modo mais dilatado e perceptível, todas as formas de elaboração do passado (KOSELLECK, 1990).

Desse modo, a nação como problema político e historiográfico leva-nos a pensar que nem toda a história proveniente do século XIX sintetiza-se ou fundamenta-se exclusivamente na abordagem historiográfica do nacional. Não estamos simplesmente afirmando que escrever a história é também apagá-la, mas que uma metafísica da existência corrompe uma historicidade viva que é abortada, em última instância, pela própria historiografia. Enfim, se “o historiador parte de determinações presentes” e “a atualidade é seu começo real”, como afirmava Michel de Certeau (1975, p. 18, tradução nossa), então perguntamo-nos qual nação ou quais temas históricos, construídos e veiculados de inúmeras maneiras desde o século XIX, explicam, justificam e normatizam a compreensão de sua própria historicidade, bem como de sua visibilidade retórica no presente.

Abrirmo-nos para este debate, com a participação de pesquisadoras e pesquisadores nacionais e estrangeiros, foi o nosso objetivo neste dossiê, que começa com o artigo de Lucileide Costa Cardoso – “Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS” –, a propósito da trajetória e resistência do historiador Jaime Cortesão na perspectiva da polícia política salazarista que o manteve sob vigilância durante o Estado Novo português.

Segue-se o artigo de Ricardo Ledesma Alonso Correio, “Narrativas da história nacional na Primavera dos Povos global: o povo como personagem histórica nas historiografias conservadoras mexicana e brasileira em meados do século XIX”, no qual o autor propõe o estudo das obras do historiador mexicano Lucas Alamán, *História de México*, e do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil*, no contexto revolucionário global desencadeado

pelos acontecimentos de fevereiro-junho de 1848 em Paris. Alonso sustenta a hipótese de essas histórias nacionais terem construído uma narrativa historiográfica negativa acerca do “povo”.

Evandro dos Santos, por sua vez, no artigo cujo título parafraseia Paul Veyne, “Acreditavam os portugueses em seus mitos? Ensaio sobre implicações éticas, figurações do historiador e funções da história em Alexandre Herculano (1846)”, realiza uma leitura de um tema específico na obra do historiador português Alexandre Herculano, ou seja, a “polêmica de Ourique à luz do presente brasileiro”, tendo por objetivo problematizar certas implicações éticas assumidas pelo historiador português ao estabelecer diferentes cortes discursivos em seu trabalho com o passado, em particular, no que se refere ao mito providencialista e aos problemas demarcados no presente português oitocentista.

Em “A ‘redescoberta’ do iberismo e as teorias modernas da nação: uma análise comparativa das historiografias peninsulares”, César Rina Simón analisa de modo comparado o desenvolvimento dos estudos sobre o iberismo nas últimas décadas, salientando que, embora haja uma multiplicação das investigações sobre o tema em tela e apesar de sua importância, ele ainda ocupa um espaço periférico no campo das historiografias peninsulares.

Na sequência, Regina de Carvalho Ribeiro da Costa, em artigo intitulado de “A penetração do paradigma das ‘invasões holandesas’: construções historiográficas da primeira metade do século XX”, examina as narrativas historiográficas da “invasão holandesa”, desde a abordagem de Francisco Adolfo de Varnhagen no século XIX, em obras clássicas publicadas na primeira metade do século por Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, José Antônio Gonsalves de Mello, Hermann Wätjenem e Charles Boxer sobre a temática da história da ocupação neerlandesa do Brasil, em busca da compreensão dos modelos que ora reificam, ora criticam estas interpretações historiográficas.

O artigo a seguir, “A historiografia italiana sobre Portugal na primeira metade do século XIX”, de Carmine Cassino, visa entender os motivos que levaram diferentes historiadores italianos a dedicarem-se à pesquisa sobre a história da nação portuguesa, procurando salientar os problemas políticos, teóricos e metodológicos presentes nesta historiografia, que parece espelhar, de certo modo, a própria formação da nação italiana.

Por fim, o artigo de Sarah Luna de Oliveira, intitulado de “A concessão e o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil sob a lógica das relações luso-brasileiras (1971-1974)”, é uma avaliação das negociações entre as autoridades luso-brasileiras, notadamente os governos ditatoriais de Emílio Garrastazu Médici e de Marcelo Caetano, que resultou na transladação dos restos mortais do monarca para a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972.

Enfim, esperamos que este dossiê – *História da historiografia no Brasil e em Portugal: futuro passado das histórias nacionais em um presente inquieto* – contribua para se repensar a nação como um problema político e historiográfico, pois acreditamos que a reescrita da história é uma forma de inovação do conhecimento histórico, mas também uma forma de pensarmos nossa atualidade.

Referências

BERGER, Stefan; LORENZ, Chris (ed.). *The contested nation: ethnicity, class, religion and gender in national histories*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CEZAR, Temístocles, *Ser historiador no século XIX: o caso de Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GOMES, Angela de Castro; MOURA, Gerson; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Por uma Revista de história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.3-4, jan./jun. 1988.

KOSELLECK, Reinhart. *Sentido y repetición en la historia*. Buenos Aires: Hydra, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1990.

MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.

PALTI, Elías. *La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (org.). *História da história em Portugal: a história através da história (séculos XIX e XX)*. Coimbra: Temas e Debates, 1998.